

ENTRE O PALANQUE E O PÚLPITO: MÍDIA,
RELIGIÃO E POLÍTICA
*Between the stand and the pulpit: media, religion
and politics*

Marcos Gonçalves*

FIGUEIREDO FILHO, Waldemar. *Entre o palanque e o púlpito: mídia, religião e política*. São Paulo: Annablume, 2005, 128 p.

Ao lado dos grupos políticos historicamente atuantes e vinculados ao catolicismo, a presença das denominações evangélicas na cenografia política brasileira tem ensejado a produção de pesquisas cuja marca é a diversidade teórica. O discurso acadêmico, até há pouco tempo, e, em certa medida, refratário a um fenômeno tão e cada vez mais evidente, não tem poupado esforços para compreender a coerência do campo religioso-evangélico e sua respectiva fecundidade de representações. Veja-se, nesse sentido, recentes edições da revista quadrimestral *Estudos Avançados* da USP (set./dez. 2004), e a *Revista USP* n° 67 (set./nov. 2005) com *Dossiês* dedicados às religiões e religiosidades, e mais, com vários estudos que versam sobre as denominações religiosas evangélicas, e reflexões sobre o fenômeno do protestantismo no Brasil. A discussão acadêmica não visa limitar suas problemáticas à esfera do teológico, e sim, buscar as articulações possíveis desse campo com tantas outras dimensões do mundo social, como a política, os partidos e as mídias.

Nessa perspectiva, o objetivo de Waldemar Figueiredo Filho, teólogo e cientista político, na obra *Entre o palanque e o púlpito...*, é submeter a debate um complexo de temas fundados pela relação tríplice entre a mídia, a religião e a política. A ênfase de sua reflexão está centrada na distinção e

* Mestre em História pela UFPR, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, Bolsista do CNPq. E-mail: paidéia_mg@yahoo.com.br

heterogeneidade que caracterizam os evangélicos, e na defesa da tese de que tais grupos não engendram, necessariamente, um projeto político comum. Complementa esse quadro preliminar a percepção de que as igrejas evangélicas exibem tão notáveis segmentações e diferenciação entre si, que falar em alianças políticas contando com todo o bloco é algo estranho à natureza do grupo.

A intervenção dos evangélicos no cenário cultural e político conduz Figueiredo a uma série de indagações que norteiam a pesquisa: qual a representatividade, o lugar, o papel da política para os evangélicos? Quais as suas motivações? Qual o seu efetivo potencial eleitoral? Quem são e como operam seus principais líderes?

Para obter e organizar um conjunto de respostas, Figueiredo busca respaldo empírico em duas tipologias de fontes da mídia: rádio e imprensa escrita. Desse modo, coloca em análise a programação de duas rádios FM do Rio de Janeiro (Rádio El Shadai 93,3 e Rádio Melodia 97,3), com significativo alcance público e de propriedade de dois deputados evangélicos – Arolde de Oliveira, do PFL/RJ, e Francisco Silva, do PL/RJ, respectivamente. Igualmente, o autor investiga conteúdos do jornal *Folha Universal*, da IURD – Igreja Universal do Reino de Deus, cujo protagonista é o líder pentecostal Edir Macedo. A título de contraponto, Figueiredo apresenta temas publicados na imprensa de referência ou grande imprensa (*O Globo, Jornal do Brasil, O Dia*), que expõem o desempenho dos evangélicos em candentes questões políticas. A pesquisa ficou baseada no ano de 2001, período que precedeu às eleições gerais para presidente da República, governos dos Estados, assembleias federal e estadual.

O ponto de partida do estudo é o equacionamento do objeto a uma literatura clássica cuja abordagem perpassa a díade religião/política, e que toma como parâmetro, a diversidade conceitual que lhe é própria. Conforme refere, o interesse do autor “consistiu em ressaltar a diversidade de conceitos cunhados pela tradição das ciências sociais, a fim de evidenciar a relação entre religião e política” (p. 21). É dessa premissa que se estabelece o diálogo com autores modernos e contemporâneos como Maquiavel, Hobbes, Bentham e Weber. Em Maquiavel, a política é vista em sua própria moralidade, e os assuntos políticos não apóiam suas medidas pela escala dos valores cristãos. Como acentuou ARENDT (1996, p. 82), Maquiavel, ao distinguir os campos do religioso e do político, enxergava uma corrupção

no papel que a Igreja havia assumido nos assuntos mundanos, seculares, isto é, no domínio das aparências, cujas normas eram incompatíveis com os ensinamentos do cristianismo. Com Hobbes, Figueiredo vê a concepção de um Estado que se organiza acima de todos para mediar as relações humanas. O Estado, enquanto força política legítima, está revestido de base jurídica para colocar fim aos conflitos, e, em tal perspectiva, a Igreja é uma existência ameaçadora a esse poder porque é algo comparável a ele.

O utilitarismo de Bentham é recuperado por Figueiredo para demonstrar que a política é território de uma moral peculiar; um espaço em que não há distinção nítida entre boas e más atitudes. Ou seja, o Estado idealizado por Bentham pressupõe o desmonte da ordem moral tradicional, e a relativização entre o bem e o mal. A religião seria, pois, um obstáculo ao comportamento racional e uma barreira àquela relativização. O texto de Figueiredo também é seduzido pela sociologia weberiana. A ética da responsabilidade presente no discurso de Weber é um lugar em que pesa a consecução dos objetivos do bom governo, e onde a política está liberada da ética das convicções religiosas. O compromisso da política é a prestação de contas da gestão do negócio público, e valores pessoais, como a religião, são condicionantes subalternos na relação. A ética que recobre o político colide com o absoluto inerente ao religioso, porque almeja os resultados práticos e aposta nas circunstâncias, em contramarcha ao ideário salvacionista da religião.

Tendo em conta o amplo espectro de igrejas evangélicas no Brasil, quais as tipologias que podem, com maior eficácia teórica, caracterizar as diversas denominações? Figueiredo alinha uma tipologia que enfatiza os aspectos doutrinários (ALVES, 1982); uma que privilegia a historicidade (MENDONÇA, 1990); e outra que ressalta o fenômeno pentecostal (FREESTON, 1993). Com base nessas tipologias, o autor chama a atenção para um dado importante: a crescente fragmentação que se evidencia tanto nas igrejas chamadas pentecostais, como também nas igrejas históricas. Sem a pretensão de elaborar uma nova tipologia, Figueiredo enumera uma série de motivações que corroboram para provocar um processo de dissidência denominacional e aguçar a tendência de pulverização dos evangélicos. Em primeiro lugar, a “pulverização por motivações teológicas”, presente na própria natureza da teologia protestante ao propor a justificação pela fé, e a desnecessidade de uma instituição mediadora entre o homem e Deus, razão

pela qual muitas denominações evangélicas prescindem de estruturas unificadoras e hierarquias orgânicas. A “pulverização por motivações sociais”, fenômeno que se desenvolveu em grupos que foram economicamente deserddados pelos grupos protestantes estabelecidos. Transposta essa problemática para o universo brasileiro, teríamos, segundo Figueiredo, a seguinte situação: “os deserddados economicamente são deserddados também pelas denominações e terminam por organizar novas denominações” (p. 52). Em terceiro lugar, a “pulverização por motivações pessoais”, desencadeada pelo carisma usado para convencer pessoas a fundarem grupos evangélicos e desenvolverem ministérios específicos. Neste caso, é sugerido o conflito de carismas entre Edir Macedo e Romildo Ribeiro Soares, saído da IURD e fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus em 1980. Por último, a “pulverização por motivações de mercado”. O que está em jogo nesse tipo de pulverização é a disputa pelo público alvo, pelos bens simbólicos, pelos espaços na mídia e a conseqüente notoriedade dos líderes. A atividade empresarial é concomitante à pastoral, e algumas igrejas empregam seus recursos em uma atividade que se desdobra em religião e comércio. Figueiredo alerta que a disputa pela clientela resulta em fragmentação, em “constantes inovações de métodos e investimentos em propaganda e marketing”, onde “Discussões ecumênicas ou de ordem teológica são eliminadas neste contexto de conflito e disputa” (p. 58).

Chega-se, assim, ao núcleo diretor do estudo, onde Figueiredo traça dois percursos. Inicialmente, investiga o modo pelo qual a mídia secular se refere à presença dos evangélicos na política, a partir de episódios que envolvem o ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho. Aqui, propõe uma reflexão em torno da visibilidade dos evangélicos pela interpretação construída na grande imprensa, sobretudo, no tocante ao seu expressivo crescimento. Figueiredo acentua o fato de que um ator político pode reunir em si a identidade de todo um grupo, a despeito do grau de fragmentação e heterogeneidade, e dispara uma crítica às generalizações feitas sem qualquer consideração àqueles que não estão alinhados com o discurso deste ou daquele político evangélico. Em seguida, analisa o desempenho e as estratégias da mídia evangélica em relação à participação política dos seus filiados. Pelo monitoramento que procede aos programas radiofônicos e ao jornal oficial da IURD, busca compreender como as empresas de comunicação de propriedade de grupos evangélicos são utiliza-

das para fins políticos. Quanto à performance da rádio El Shadai FM, o autor percebeu uma certa pluralidade que abre espaços para debates políticos de natureza interpartidária, como também programas voltados às diversidades denominacionais, sem, contudo, haver a ingerência do campo do político no campo religioso e vice-versa. Quanto à atuação da Rádio Melodia 97,3 FM, Figueiredo sublinha que, durante a campanha eleitoral de 2001 ela atuou em três frentes articuladas: 1) conflito político explicado no contexto de discriminação religiosa; 2) celebração da administração do governo do Rio de Janeiro a ponto de desejar estendê-la por todo o país, por meio da candidatura de Garotinho à presidência, e 3) uso da linguagem para demarcar posições políticas (p. 87). As observações mais contundentes, porém, são destinadas ao papel representado pelo jornal *Folha Univer-sal*. O autor conclui que a retórica político-religiosa externada por esse órgão de publicidade, no calor da campanha, indica candidatos e não admite atuações independentes (p. 89). Ao revelar uma orientação política centralizada, a IURD destaca-se como um quadro suprapartidário para fazer valer a presença de seus membros nas siglas partidárias as mais diversas, com tendência a favorecer o PL – Partido Liberal –, agremiação em que atuava uma das figuras de maior projeção da Igreja: o bispo Carlos Rodrigues. Ainda sobre a IURD, o autor assinala que a singularidade da Igreja apóia-se no desenvolvimento de sua estrutura empresarial, e que a política, o parlamento, passam a ser um investimento calculado e posto sob os interesses da Igreja, a partir da liderança absoluta, espiritual, política e organizacional de Edir Macedo.

Inscrito na lista de trabalhos da ciência política que pretendem entender como se combinam os idiomas do religioso e do político, o horizonte descrito por Figueiredo também permite a apreensão sobre os limites de uma ética cristã quando ela se defronta com as razões da política e com os interesses da comunicação social. Embora sejam observados alguns inconvenientes de conteúdo e forma no texto de Figueiredo – como a análise até certo ponto redutível dos textos clássicos e a passagem pouco harmoniosa deste segmento para a exposição do material empírico – fatores que provocam a impressão de haver dois textos autônomos e desvinculados entre si, não há dúvidas de que a reflexão é instigante e motivadora de ampliação do debate.

A experiência tem apontado, e o estudo de Figueiredo deixa visível, que a demarcação de territórios entre o religioso e o político é tênue.

Neste sentido, é verificada de forma progressiva a apropriação freqüente da simbologia religiosa nas dimensões do político, com a devida recíproca. Como fez notar Miranda (1999, p. 76) “os grupos de natureza religiosa permanecem, no seio da sociedade civil, como espaços concorrenciais do Estado na regulação de condutas”. Este argumento confere maior legitimidade à tese da “flutuação da religião” desenvolvida por Martelli (1995), em que se discute o andamento complexo da religião, motivo pelo qual ela não se apresenta, simplesmente, como a parte residual de uma sociedade. A religião, em conexão com outras instâncias – política, mídia, etc. – “flutua” nas correntes sociais que vão redesenhando a sociedade contemporânea, sem que se possa prever o seu futuro (MARTELLI, p. 411). A pesquisa de Figueiredo não somente confirma essas assertivas, mas expõe com clareza e objetividade os múltiplos elementos dessas articulações.

Referências

- ALVES, Rubem A. *Protestantismo e repressão*. São Paulo: Ática, 1982.
- ARENDRT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ática, 1996.
- FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. DCS/IFCH/Unicamp. Campinas, 1993.
- MARTELLI, Stefano. *A religião na sociedade pós-moderna: entre secularização e dessecularização*. Tradução: Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulinas, 1995.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa. Um panorama do protestantismo brasileiro atual. In: LANDIM, Leilah. (Org.). *Sinais dos tempos: diversidade religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1990, p. 37-86.
- MIRANDA, Júlia. *Carisma, sociedade e política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.